

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.633 - SP (2019/0303875-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : SANTIAGO PASQUETTE PERES
ADVOGADO : SANTIAGO PASQUETTE PERES - SP408136
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CLODOALDO PEREIRA DE GODOY (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de CLODOALDO PEREIRA DE GODOY, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na (Apelação Criminal n. 0005018-43.2008.8.26.0318).

Extraí-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 21 anos de reclusão, em regime fechado, por infração ao art. 121, § 2º, I e IV, c/c 61, II, e 62, I, c/c 29, todos do Código Penal (homicídio qualificado).

Foi interposta apelação pela defesa perante o TJSP, sendo esta desprovida. O acórdão ficou assim ementado:

Júri - Homicídio qualificado - Decisão em plenário não manifestamente contrária à prova dos autos Condenação mantida
Optando o Conselho de Sentença por uma das versões apresentadas nos autos, e não havendo nulidades no julgamento do acusado pelo Júri, não há porque anular-se a sentença, sob a alegação de que esta contrariaria manifestamente a prova dos autos, devendo-se manter o decreto condenatório.

Agora a defesa impetra a presente medida nesta Corte sustentando que a matéria discutida neste *writ* diz respeito à aplicação da pena, matéria de ordem pública. Assegura que o aumento de 1/2 na segunda fase é totalmente desproporcional, devendo ser de 1/6 para cada circunstância agravante ou 1/3 no total.

Requer, em liminar e no mérito, que seja concedida ordem para que o aumento da pena do paciente na segunda fase da dosimetria seja reduzido para a fração de 1/3.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de

Superior Tribunal de Justiça

plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator